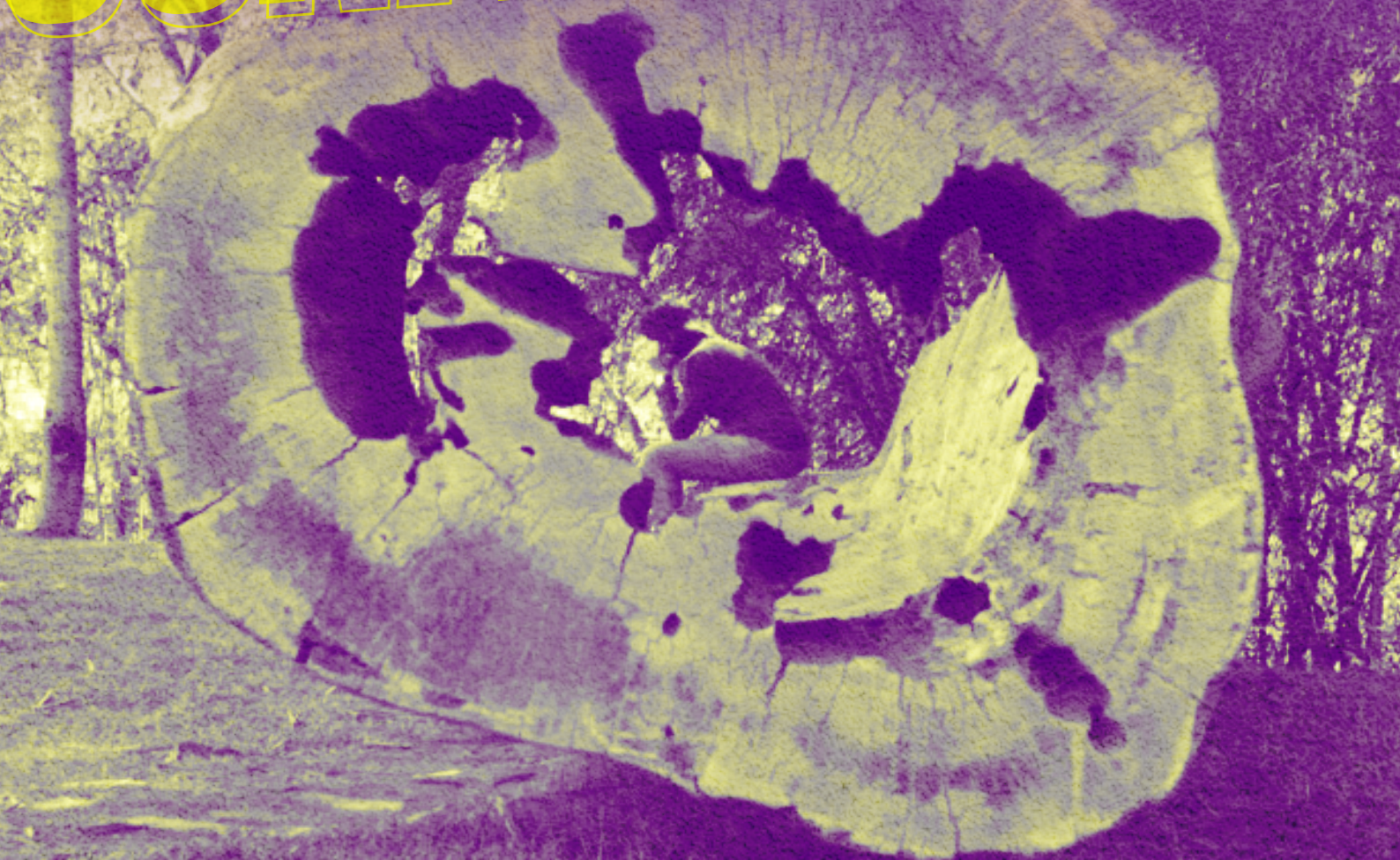


ALMIREZ MARTINS MACHADO • ANDRÉ BRAYNER DE FARIAS • ANDREA POTESTÀ • CARLA RODRIGUES • CARLOS MORUJÃO
DIRCE SOLIS • EVANDO NASCIMENTO • FÁBIO CAPRIO L. DE CASTRO • FÁBIO CIARAMELLI • FERNANDA MARTINS
FRANCIS WADE • FRANCISCO FERNÁNDEZ-JARDÓN • GEORGE YANCY • GÉRARD BENSUSSAN
JEAN-LUC NANCY • JÉRÔME LÈBRE • JUAN CARLOS VELASCO • JUDITH BUTLER • KLINGER SCORALICK (ORG.)
MARCIA SÁ CAVALCANTE SCHUBACK • MÁRCIO SELIGMANN-SILVA • NILMA LINO GOMES • OLGÁRIA MATOS
OSWALDO GIACOIA JUNIOR • PABLO DREIZIK • ROBERTO ESPOSITO • SIMON CRITCHLEY • VIRGINIA DE ARAUJO FIGUEIREDO

FILOSOFIA EM CONFINAMENTO



Editor, Organizador e Revisor Técnico

Klinger Scoralick

Coprodução Editorial

Fernanda Sabino

Conselho Editorial

Andrea Senra (UFJF)

Danilo Kato (UFTM)

Eduardo Veras (UFTM)

Fernanda Sabino (UNIRIO)

François-David Sebbah

(Université Paris Nanterre)

Jimmy Sudário Cabral (UFJF)

Luiz Felipe Stevanim (FIOCRUZ)

Mauro Rocha Baptista (UEMG)

Nilo Ribeiro Jr. (FAJE)

Revisão

Fernanda Sabino

Julian Schumacher

Tradução

Christophe Dagois

Jimmy Sudário Cabral

Klinger Scoralick

Marcelo Eduardo Braga Jordana

Valico Romualdo Junior

Projeto Gráfico e Diagramação

Bruno Filogonio

Foto da Capa

Ana Marina Coutinho



Projeto Editorial Batuuque, 2020
scoralickk@yahoo.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

100

F488 Filosofia em confinamento / [Editor, organizador e revisor técnico: Klinger Scoralick]. — Rio de Janeiro : Batuuque, 2020.
292 p.

Coletânea que reúne intelectuais, brasileiros e estrangeiros, sob um esforço de reflexão sobre o tema da pandemia da COVID-19.

ISBN 978-65-00-03479-0

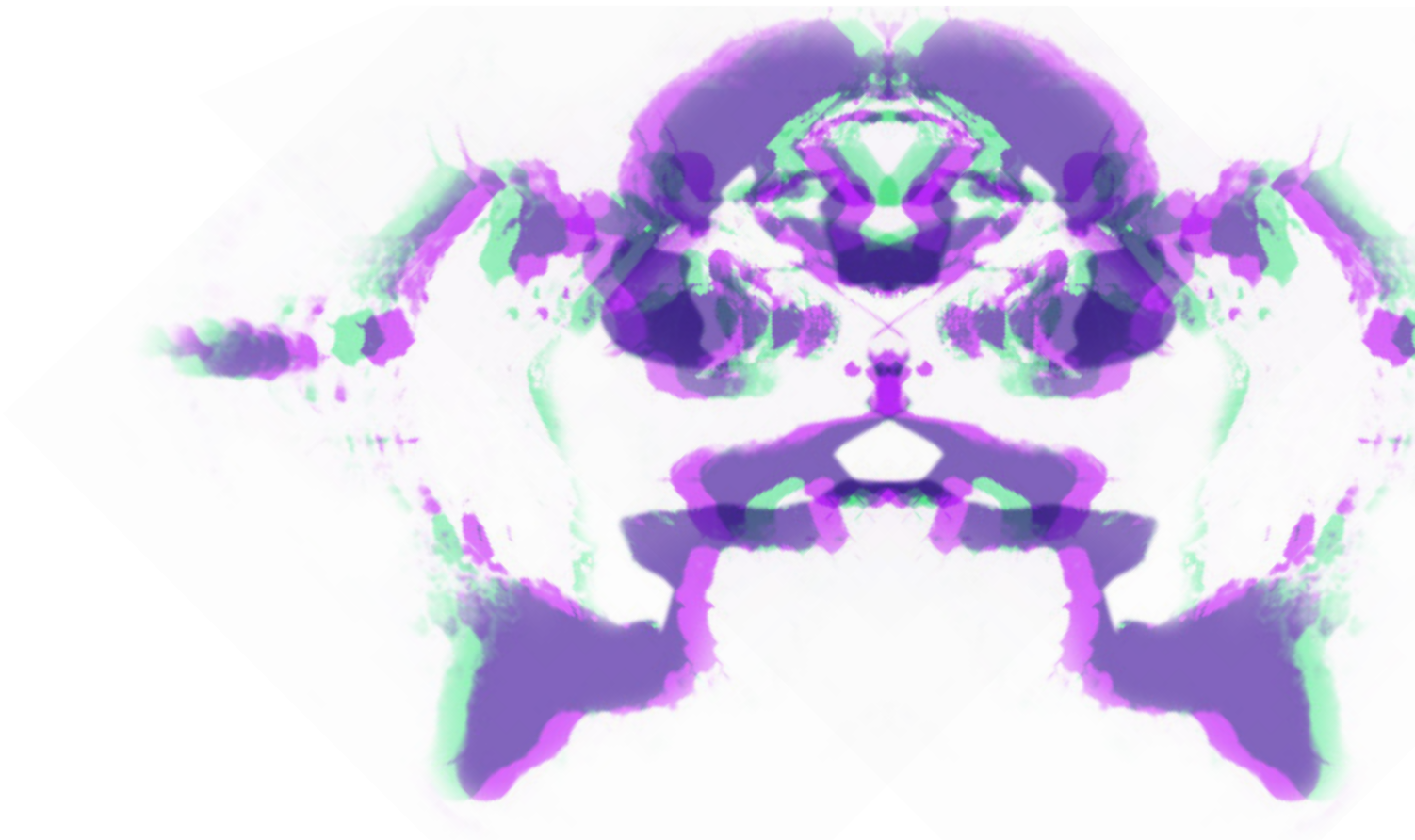
1. FILOSOFIA. 2. PANDEMIA. 3. COVID-19. I. Scoralick, Klinger, *ed.*

CDD 21^a. Ed.

Ficha catalográfica elaborada por Naira Silveira – CRB-7 6250

CARLOS MORUJÃO

É Professor Catedrático na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Diretor do Centro de Estudos de Filosofia (CEFi) e da revista científica do CEFi, o *International Journal of Philosophy and Social Values*. É membro da Red Ibérica de Estudios Fichteanos (RIEF), Presidente, desde Março de 2018, da Associação Portuguesa de Filosofia Fenomenológica (AFFEN), membro do Husserl Circle e da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (SCUCP). As suas principais áreas de investigação são: Fenomenologia; Neokantismo; Filosofia da Consciência, Kant e Fichte. Entre as publicações recentes mais importantes, destacam-se: *Caminhos da Fenomenologia*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015; *Verdade e Liberdade em Martin Heidegger*. Paris / Lisboa: Nota de Rodapé Editores, 2.ª ed., 2016; "Sensation, Affection et Corps de Chaire : perspectives à partir de Husserl et de Freud". *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 35 (2016) 231-245; *Diálogos pela Ciência. Correspondência de Alexandre Fradique Morujão com a Escola de Braga* (em colaboração com Luís Lóia, Ana Cristina Cunha e Teresa Dugos-Pimentel). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018; "Not at all Modern and very XXth Century. Reflections about a Sentence of Ortega y Gasset". *Études Phénoménologiques – Phenomenological Studies*, 2 (2018) 179-197; *Antropologia Filosófica. Uma Perspectiva a partir da Fenomenologia*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020.





REFLEXÕES A PROPÓSITO DA ACTUAL CRISE PANDÉMICA

CARLOS MORUJÃO

Parece ser uma tendência natural de todos os seres humanos procurar a redução da margem de imprevisibilidade que é inerente a tudo o que lhes acontece no mundo. Esta tendência deve ter-se intensificado pelo menos a partir do neolítico, altura em que a descoberta da agricultura, graças a um primeiro conhecimento de alguns mecanismos básicos que regulam os fenómenos naturais, permitiu uma diminuição da incerteza e, em simultâneo, uma possibilidade de sedentarização. Até essa altura, a incerteza era a regra e dificilmente uma geração poderia garantir que legaria à geração seguinte o suficiente para ela poder sobreviver. No entanto, a tendência para ordenar e estabilizar os acontecimentos, para dar sentido ao caos aparente do mundo, é muito anterior ao neolítico e encontrava-se certamente já nos primeiros *sapiens*. São testemunho disso as pinturas rupestres e as primeiras formas de arte (inseparáveis, contudo, de uma concepção mítico-religiosa da vida) formadas por pequenas estatuetas, representando figuras femininas ou certas espécies animais.

Confrontado com o poder superior da natureza, restavam apenas ao homem duas soluções: aceitá-lo, procurando mesmo assim uma relação apaziguadora com ele, ou desafiá-lo. Se a primeira solução deve ter caracterizado 95% da história da humanidade – embora tenha historicamente revestido formas muito diferentes –, os restantes 5% (digamos, para simplificar, do Renascimento aos nossos dias) foram caracterizados pela segunda. Uma conhecida afirmação de Francis Bacon, *scientia propter potentiam*, exemplifica-a, nos inícios da modernidade europeia. Um mundo dominado torna-se um mundo previsível. Certamente que esta experiência de domínio foi sempre muito parcial. E se o controle do curso das águas dos rios se faz desde o antigo Egipto e a travessia de desfiladeiros – obstáculos naturais tanto ao comércio, como às operações de conquista – é obra da engenharia romana (embora nos dois casos a sofisticação dos processos não tenha parado de evoluir até aos dias de hoje), largos domínios da vida humana continuam ainda a esquivar-se ao controlo. É o caso de certos fenómenos naturais como os tremores de terra, os vulcões, os tsunamis, as tempestades terrestres e marítimas, mas é também o caso do fenómeno de certas doenças, cuja ameaça global levou a que fossem classificadas de pandemias.

Talvez não seja por acaso que são estes dois tipos de fenómenos – catástrofes naturais e doenças – os que parecem menos susceptíveis de controlo. De certo modo, eles dizem respeito a uma dimensão do real que já não é a de superfície, mas sim a de profundidade. Se observarmos bem, o nosso domínio exerce-se apenas sobre uma parte muito diminuta do real. A profundidade, ou seja, aquilo que se furta à visão directa (mas também o que se encontra a grande distância e que igualmente se furta, embora de outra forma), permanece, em grande parte, para nós desconhecida. No plano da física, há muito que isto é sabido. A mecânica quântica vem mostrando, desde as primeiras décadas do século XX, que as categorias mentais que utilizamos para o nosso conhecimento dos corpos macroscópicos – como sejam as de espaço, tempo, movimento, ou substância – não podem ser utilizadas da mesma forma (se é que mesmo algumas o podem em geral ser) no estudo dos fenómenos microscópicos. Todavia, a questão que agora abordamos é um pouco diferente.

Parece ser uma característica de todas as formas de experiência humana o facto de a zona de visibilidade ser rodeada de uma outra, de muito maiores dimensões, de invisibilidade. Trata-se, contudo, em grande parte dos casos, de

fenómenos latentes, para os quais a nossa atenção se pode voltar sem esforço. O latente não é, normalmente, ameaçador. Na dimensão patente da nossa experiência, tudo para ele aponta. No final do século XIX, o filósofo norte-americano William James criou, para explicar este facto, o conceito de *fringes*. Trata-se das franjas ou dos bordos do visível, que indicam que, para lá dele, alguma coisa mais existe. E isso que existe gera em nós expectativas do que poderá ser, expectativas muitas vezes, se é que não normalmente, confirmadas pela experiência dessas zonas que, até então, se situavam no plano do virtual. O invisível pode ser imprevisível e ameaçador, mas o pensamento esforça-se por domesticá-lo. A ciência e a técnica são os dois grandes instrumentos que o homem moderno criou para este fim. O mito e a magia destinavam-se também, em parte, a obter esta mesma finalidade, embora os seus procedimentos fossem substancialmente diferentes. A eficácia destes últimos era também reduzida, pelo menos à luz dos actuais critérios de eficácia, que em grande parte são um resultado da ciência e da técnica modernas.

São quase impossíveis de registar na sua totalidade, tal a sua quantidade e variedade, o tipo de reacções que a actual crise pandémica tem suscitado, seja da parte da opinião pública (ou do que os meios de comunicação nos fazem supor que ela é), seja da parte dos principais órgãos de comunicação, seja da parte de quem escolhe as redes sociais para se manifestar, seja da parte de técnicos e especialistas em virologia e crises sanitárias, seja da parte de políticos (no activo ou não), seja ainda da parte daqueles que, por comodidade, se costuma designar por «intelectuais». Destes últimos, muitos são romancistas, poetas ou filósofos, mas uma parte significativa deles é constituída por opinadores nos órgãos de comunicação e muitos deles tiveram, têm ou aspiram a ter uma carreira política.

Seria normal que a primeira palavra fosse a dos técnicos de saúde pública. Mas uma pandemia, como qualquer doença, envolve também questões de natureza ética e política. Há que tomar decisões sobre como e quem tratar, que não são de âmbito estritamente médico: a actual crise pandémica pôs isto em evidência, em particular nas situações em que frágeis sistemas de saúde em colapso obrigavam a decidir sobre quem deve ter, em primeiro lugar, acesso a

certos tipos de cuidados; há também que decidir sobre onde investir no curto prazo para corrigir as falhas no sistema de saúde, aplicando os recursos existentes e prevendo o hipotético curso futuro da doença; há ainda que decidir sobre medidas para proteger a população não infectada, sabendo-se que tal implica o recurso a meios que podem violar o que os cidadãos consideram os seus direitos em situações normais e que, em simultâneo, têm consequências a prazo sobre a vida económica e social.

A crise actual mostrou-nos que as coisas se podem passar, afinal, de modo muito diferente. Neste momento, ainda não é possível saber-se exactamente o que se terá passado na China no final do ano passado e se as autoridades terão ou não subestimado os avisos dos médicos chineses. Num regime em que a maioria da população vive quase sempre confinada – e por motivos que não são de ordem sanitária – e em que medidas de controle, destinadas a assegurar a previsibilidade do comportamento dos cidadãos, são de regra, a súbita proliferação de um vírus, que se dissemina à velocidade descontrolada, introduz um elemento de imprevisibilidade numa sociedade onde ela, supostamente, não deveria existir. Neste contexto, a afirmação de que as decisões de carácter estritamente político se sobrepõem às medidas sanitárias tem um carácter preciso: um poder que se legitima em boa parte graças à capacidade para proteger os seus cidadãos não deve permitir a circulação de informação que coloque em dúvida essa capacidade.

Mas a actual pandemia mostrou que este tipo de discurso revela também uma das propensões mais difíceis de erradicar da chamada intelectualidade do Ocidente. Ela não tem, de facto, uma história muito brilhante para contar nos últimos 100 anos. Nunca acabaríamos de preencher a lista dos intelectuais que apoiaram – de modo mais ou menos aberto, nem que tenha sido apenas durante uma certa fase (ou até mesmo de uma forma «crítica», signifique esta palavra o que significar) – o nazismo alemão, o fascismo italiano, o totalitarismo soviético ou chinês, o salazarismo português e o franquismo espanhol, ou até mesmo, mais recentemente, a ditadura do General Pinochet. Há quem, ostentando um tal passado nada brilhante (ou mostrando a sua admiração e o seu apreço por quem o ostentou), se apresse agora a apagar todas as diferenças entre as decisões estritamente políticas e as decisões sanitárias. Esta estratégia, que não é todavia exclusiva do referido grupo de pessoas, é normalmente pouco honesta. Importa, por isso, pôr em evidência os argumentos em que as-

senta. Eles são, fundamentalmente, de dois tipos: 1) Todas as formas de poder estatal necessitam de uma estratégia de confinamento, de forma a que a resistência por parte de cidadãos atomizados, reduzidos ao espaço familiar, seja facilmente eliminada; 2) Qualquer medida de carácter sanitário tem, de imediato um alcance político, se é que não é ela própria, desde logo, uma medida política. Claro que se entende aqui a palavra «política» num sentido muito específico. É obviamente legítimo falar-se numa «política sanitária», ou numa «política para a saúde». Neste caso, trata-se de saber que tipo e que quantidade de recursos nacionais são utilizados na saúde, como se planeia a construção de uma rede pública de hospitais, de que forma os cuidados básicos de saúde são garantidos – e a que preço – a todos os cidadãos, e assuntos da mesma natureza. Dos equívocos do primeiro argumento falaremos mais adiante.

Este tipo de estratégia argumentativa tem normalmente a consequência de evitar o confronto com a questão básica de saber o que distingue a verdade do erro, da mera opinião ou da crença sem fundamento, ou até mesmo da mentira. Por outras palavras, ela evita o confronto com os factos se é que não nega, muitas vezes, que tais coisas existam. (Na segunda metade do século XX, conhecemos um discurso «cultural», com pretensões de radicalismo, cujas origens podemos fazer remontar a algumas ideias de Nietzsche, que ia nesta direcção). A complexidade de certas questões, a dificuldade em responder-lhes por vezes nos termos simples do «sim» ou do «não», não significa que todas as respostas sejam válidas, ou que a distinção a operar entre elas deva recorrer apenas às estratégias discursivas que as sustentam. Deverá ser possível responder, ou pelo menos admitir a possibilidade de vir a responder e trabalhar nesse sentido, a questões do seguinte tipo: 1) Estamos ou não na presença de uma pandemia, causada por um vírus desconhecido e potencialmente letal, pelo menos para certos grupos de risco? 2) Como se determina e de acordo com que critérios o grau de letalidade do vírus? 3) São ou não apropriadas e eficazes, como forma de protecção das populações, as medidas de confinamento social aplicadas em vários países? 4) Como avaliar as decisões (desde o plano simplesmente médico até ao jurídico-político) que estão envolvidas na resposta ao n.º 3, quem as pode aplicar e quem controla a sua aplicação efectiva? Certamente que a resposta ao n.º 4 é diferente das respostas às três primeiras questões, pois a natureza da pergunta também é diferente. Não parece muito sério, todavia, negar que estas e outras perguntas devem ser feitas, bem como deva ser feito o esforço para lhes responder.

Duas características básicas do mundo actual esta situação pandémica permitiu pôr em evidência. Uma de natureza cultural e outra de natureza económica. A de natureza cultural afecta uma percentagem significativa da população mundial: decisores políticos e económicos, jornalistas, personagens do meio académico e simples cidadãos. Seria de esperar que, quando uma parte significativa da população mundial ascendeu a níveis de escolaridade inexistentes no passado (embora esta situação seja muito desigual quando comparamos várias regiões do globo), um mínimo de literacia científica impedisse certas afirmações. Não me refiro, sequer, ao caso extremo do presidente dos Estados Unidos Donald Trump, que, em directo para as cadeias de televisão, coloca a hipótese de se injectar nos pacientes da Covid-19 os desinfectantes que permitem eliminar o vírus em certas superfícies. Este caso extremo de ignorância – seria cruel pensar que um político se permite uma atitude jocosa deste tipo perante uma situação sanitária tão grave – foi largamente difundido pelos órgãos de comunicação, pelo menos os portugueses; mas tal não nos deve fazer esquecer a ignorância, embora menos acentuada, que revelam alguns jornalistas que trabalham nesses órgãos, bem como os diversos comentadores que neles falam ou escrevem. Da leitura dos jornais ou da escuta dos programas televisivos – e continuo a falar, antes do mais, do caso que melhor conheço, o português – retira-se a ideia penosa de uma informação sem critério, onde a notícia se confunde com o sensacionalismo, a opinião informada com a pura e simples impressão de que «as coisas devem ser assim», e onde a explicação do comportamento das curvas que reflectem a expansão da pandemia revela, muitas vezes, uma deficiente escolaridade básica da parte de quem está encarregado do comentário.

Mas a questão económica é por ventura mais grave. A actual crise pandémica pôs em evidência as fragilidades e as contradições internas do capitalismo neo-liberal dos nossos dias. De facto, em muitas zonas do globo – é o caso da Índia e do Brasil, mas parece ser também o dos Estados Unidos –, milhões de pessoas são hoje confrontadas, nas suas vidas diárias, com a alternativa entre morrer de Covid-19 ou morrer de fome. Dito de outra forma: são confrontadas com a alternativa entre aceitar o confinamento em suas casas, para evitar o contágio, correndo porém o risco de perder os seus empregos, e regressar ao trabalho, correndo o risco de serem contagiadas pelos vírus e de contribuir para

a propagação da doença. As formas de protecção da população trabalhadora, garantidas na Europa por um Estado Social mesmo assim fortemente posto em causa nas últimas três décadas, são quase inexistentes (se é que existem mesmo) em grande parte do mundo. Em todo o caso, parece ser claro que o capitalismo neo-liberal não se pode permitir manter, durante muito tempo, a população confinada. Isto bastaria para o distinguir do tipo de capitalismo que se vem desenvolvendo na China, que se pode permitir confinar ou desconfinar, possuindo, em qualquer dos casos, os meios necessários para o fazer. (E, em boa medida também, o consentimento da população para tal).

O capitalismo neo-liberal, tal como o conhecemos na Europa e nas Américas, tem de proceder de forma diferente. A isso o constrangem a sua história, o tipo de mercado a que se tem de sujeitar e a natureza das populações que domina. Se, por um lado, a forma muito rápida e surpreendente como triunfou implicou a «privatização» de uma parte significativa da população dos respectivos países, por outro, ele só pode funcionar em condições que supõem a mobilidade dessas populações, pelo menos dentro de certos limites. Trata-se de um fenómeno interessante de analisar. É ele que explica, até certo ponto, a palavra-de-ordem de alguns dos seus representantes (refiro-me uma vez mais, em primeiro lugar, ao caso português), quando a pandemia começou a desacelerar: «ficar em casa mata!».

É certo que o capitalismo neo-liberal necessita, em primeiro lugar, da «privatização» dos cidadãos, na medida em que esta implica o desinteresse pela participação na vida pública. Há que reconhecer que este objectivo foi em grande medida alcançado. Provam-no as elevadas taxas de abstencionismo em quase todas as eleições, a inexistência de um debate alargado das questões políticas e sociais mais relevantes nos órgãos de comunicação social, a captura da maioria das estruturas partidárias, à direita ou à esquerda, por um «aparelho» insensível à opinião dos militantes e protegido por regras estatutárias que impedem a sua efectiva renovação, entre muitos outros factores. Se esta situação é transitória ou se constitui um fenómeno sociológico e antropológico duradouro, ainda é cedo para o dizer. Por outro lado, e de um ponto de vista estritamente económico, o capitalismo neo-liberal necessita que os cidadãos circulem: ou seja, que os vínculos laborais sejam cada vez mais frágeis de forma a facilitar os despedimentos, mas que as possibilidades de emprego, geralmente precário e mal pago, sejam tão grandes quanto o estado da economia o permitir. Este modelo triunfou nos Estados Unidos da América e, devido às condições específicas da

sociedade americana, mostrou-se aí capaz de uma grande estabilidade. É pouco provável que noutros lugares consiga obter os mesmos êxitos.

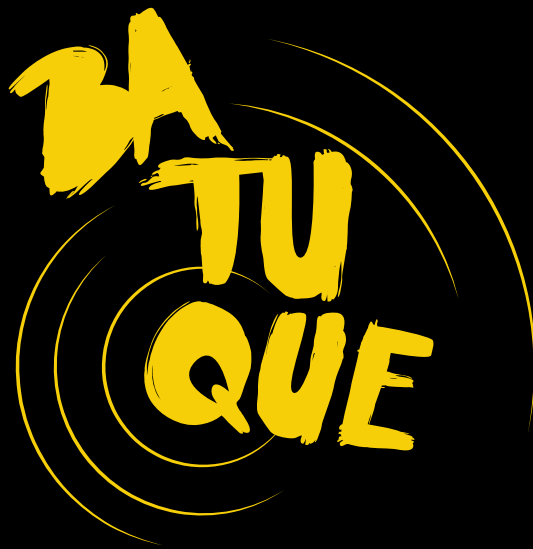
Com muita frequência se tem ouvido em Portugal que, depois da pandemia, «nada ficará como dantes». Esta frase tem uma história na vida política portuguesa. Provavelmente, muitos dos que agora a usam não a conhecem. Para ouvidos estrangeiros, ela poderá nada significar. Mas a frase tem uma história que convém recordar. Foi dita, em comunicação pela televisão, em 1986, pelo então candidato à Presidência da República, Mário Soares, no final do dia da 1.^a volta das eleições. Ela foi dita quando se soube que Mário Soares passaria à 2.^a volta das eleições, defrontando o candidato da direita, Diogo Freitas do Amaral, que veio, como se sabe, a derrotar. E «nada ficaria como dantes» porque o Partido Comunista Português lançara um candidato para impedir Mário Soares de passar à 2.^a volta, perdera contra muitas expectativas e era derrotado por Mário Soares pela segunda vez (a primeira fora em 1975 durante o período revolucionário), um acontecimento que quebrou, até aos dias de hoje, a hegemonia que o Partido Comunista tinha na esquerda portuguesa. Embora possuindo uma presença ainda significativa nos meios sindicais, o Partido Comunista tem hoje uma influência eleitoral reduzida, com um pequeno grupo parlamentar, inferior em número de deputados ao de um agrupamento de extrema-esquerda formado posteriormente.

O que acontece por estes dias parece desmentir aquela frase. Nota-se, em quase toda a gente, a vontade que tudo fique como dantes. O que, em parte, é natural. Exprime-se, neste desejo, a sensação de que algo que não devia acontecer se alterou nas nossas vidas. Já Kant, na *Crítica da Faculdade de Julgar*, dava conta de um sentimento semelhante em face de certos fenómenos naturais, de uma natureza não domesticada e rebelde à vontade dos homens: algo que não deveria ter acontecido, aconteceu. Mas os nossos tempos já não são os de Kant. Nos últimos duzentos anos a relação do homem com a natureza alterou-se radicalmente. Imagens de satélite puderam mostrar como um dos efeitos da redução da actividade industrial, em resultado das medidas de contenção e confinamento, foi a redução drástica dos níveis de emissão de CO₂ na atmosfera. Imagens televisivas mostraram as águas da Laguna de Veneza: o quase desaparecimento da activi-

dade turística devolveu-lhes uma transparência que não conheciam há décadas. Subitamente, o centro das grandes cidades – vazio de gente, mas, sobretudo, vazio da invasão turística descontrolada – pareceu novamente habitável. Relativamente a tudo isto (e há muito mais), os actuais tempos de «desconfinamento» – pelo menos em Portugal – manifestam a vontade de voltar ao antigamente.

Certamente que seria ilusório pensar que tudo pode mudar em dois ou três meses. É verdade que mudanças assim tão rápidas não são impossíveis, a história poderia mostrá-lo com vários exemplos, mas normalmente não são desejáveis. Mas estes tempos de pandemia poderiam ter sido aproveitados para o início de uma reflexão – apenas o início, pois os assuntos são muitos complexos – sobre o rumo que a nossa história recente tem tomado e sobre as agressões a que tem sido sujeita a Terra, o único local do universo onde, com a certeza possível relativamente a estes assuntos, a nossa espécie pode habitar. O que tem acontecido nestas últimas semanas parece indiciar que tudo voltará a ser como dantes. E, no entanto, talvez algumas coisas tenham mudado.

Em primeiro lugar (mas refiro-me agora apenas à Europa) o facto de a União Europeia ter, pela primeira vez, criado um mecanismo de reconhecimento de uma dívida comum a todos os estados membros, parece abrir novas perspectivas a uma instituição que parecia inútil e agonizante. Mas a outros níveis, menos evidentes, mas talvez mais profundos a longo prazo, verificaram-se também algumas mudanças. Se o capitalismo neo-liberal criou cidadãos desenraizados e privatizados, estes tempos de pandemia mostraram a existência, mesmo que incipiente, de uma lógica de resistência a esta situação. Poderia falar da extraordinária dedicação de todos os profissionais de saúde, em todos os países do mundo, aos seus pacientes, por vezes em condições muito difíceis, contrariando a primazia do «princípio do rendimento» e afirmando a primazia do princípio da solidariedade. Poderia também falar da criação de redes de solidariedade espontânea entre moradores de zonas confinadas, organizando-se para comprar medicamentos e bens a quem não podia sair de casa (como aconteceu na Itália), juntando-se a pequenos restaurantes de bairro para fornecer alimento, a preços reduzidos, a quem perdeu o emprego ou viu o seu salário substancialmente reduzido (como tem sucedido em Portugal). Também aqui os exemplos se podiam multiplicar. Serão eles o sinal de alguma coisa? Para quem escreve numa altura em que as coisas estão ainda a acontecer não é possível dizê-lo. Nenhuma análise o poderá fazer, em todo o caso. O que o futuro trouxer dependerá apenas da vontade das pessoas.



Batuque é o nome que demos ao projeto editorial desta publicação de cunho independente e de livre circulação. Foi idealizado e gestado sob o timbre de muitas sonoridades e de muitos tambores, que tomou forma, força e impulso para sair da gaveta a partir da condição de isolamento social e de confinamento decorrentes da pandemia da Covid-19. “Batuque” coloca-se à mão como um instrumento de disseminação de ideias e reflexões que possam oferecer resistência, esperanças e provocações ao pensamento, às palavras e aos sentidos. Diante das crises sanitárias, mundial e nacional, que se abateram sobre o ar que habitamos e desafinaram o ritmo das batidas de nossos corações e de nossos ideais de liberdade e justiça social, que ainda resistem, “Batuque” apresenta-se como um projeto com tom de catarse. É um espaço destinado a expurgos narrativos que querem afastar a ameaça que se faz a toda narrativa possível, buscando ser intervenção em um mundo de silêncio e distanciamento, que nos asfixia de muitos modos, sob as sombras de cores pálidas que se tornam endêmicas e ameaçam hoje e amanhã. É preciso tambor, batucar, resistir. Fala!